

**POLÍTICAS CULTURAIS NA ÁFRICA DO SUL:
A PATRIMONIALIZAÇÃO DA ZULU DANCE EM KWAZULU-NATAL ¹**

Aldina da Silva Melo

Doutoranda em Políticas Públicas – Bolsista CAPES

Universidade Federal do Maranhão

aldina08@yahoo.com.br

Resumo

Este trabalho analisa transformações, impasses e perspectivas no debate sobre as políticas culturais em KwaZulu-Natal, África do Sul, a partir do processo de patrimonialização de Zulu Dance – expressão cultural dos povos zulus. O intuito é ainda refletir sobre a influência da cultura na construção da identidade nacional sul-africana no pós-1994. Esta pesquisa enfoca dos anos 1994 a 1999, período que corresponde à construção do *White Paper on Arts, Culture and Heritage*, e momento também em que as danças zulus passam a ser vistas como patrimônio cultural na África do Sul.

Palavras-Chave: Políticas Culturais; Patrimonialização; Zulu Dance.

Políticas Públicas Culturais em perspectivas do Sul

Nos últimos anos tem ocorrido uma ampliação das pesquisas que enfocam as Políticas Públicas Culturais em diferentes áreas do conhecimento, perpassando pelo processo formulação, implementação e avaliação, além de envolver diferentes sujeitos envolvidos. É importante compreender que as políticas públicas não podem ser pensadas e resumidas a decisões políticas.

Uma política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. Já uma decisão política corresponde a uma escolha dentre um leque de alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando - em maior ou menor grau - uma certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis. Assim, embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública. (RUA, *s.l*, p. 1-2)

¹ Este artigo consiste nas primeiras reflexões realizadas na pesquisa desenvolvida em nível de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, da Universidade Federal do Maranhão (PPGPP/UFMA), sob orientação do Prof. Dr. Antonio Evaldo Almeida Barros.

Para Maria Ozanira Silva e Silva (2008) qualquer política pública é uma forma de regulação e/ou intervenção na sociedade que envolve e congrega em si diferentes sujeitos.

Trata-se de um processo que articula diferentes sujeitos, que apresentam interesses e expectativas diversas. Representam um conjunto de ações ou omissões do Estado, decorrente de decisões e não-decisões, constituída por jogos de interesses, tendo como limites e condicionantes os processos econômicos, políticos, sociais e culturais de uma sociedade historicamente determinada. Isso significa que uma política pública se estrutura, se organiza e se concretiza a partir de interesses sociais organizados em torno de recursos que também são produzidos socialmente. (SILVA, 2008, p. 90)

Os interesses sociais acentuados por Silva (2008) são impactados pela conjuntura social na qual são formuladas as políticas públicas. E a burocracia – a exemplo de outros sujeitos como a mídia, o judiciário ou os movimentos sociais – possui uma função importante neste contexto, como poder decisório. Cabe lembrar que “[...] toda política pública é tanto um mecanismo de mudança social, orientado para promover o bem-estar de segmentos sociais, principalmente os mais destituídos” (SILVA, 2008, p. 90).

O estudo do processo das políticas públicas centraliza a atenção sobre como as políticas são formuladas, implementadas e avaliadas, sem maiores preocupações quanto às suas causas e consequências. Nesse sentido, considera uma série de atividades processuais que ocorrem no interior do sistema político. Trata-se de um conjunto de atividades que configuram movimentos, não lineares, mas articulados, interdependentes e, às vezes, concomitantes. Nesse processo tomam parte diferentes instituições e diferentes sujeitos políticos, grupos de interesses, partidos políticos, legisladores, burocratas, mídia, etc. (SILVA, 2008, p. 92).

Dentre os movimentos que constituem o processo das políticas públicas temos: I) constituição do problema e da agenda governamental; II) Formulação de alternativas de política; III) Adoção da política; IV) Implementação ou execução de programas sociais; V) Avaliação (SILVA, 2008).

Sobre a construção do problema e da agenda governamental é importante ressaltar que “esse movimento é constituído por uma lista de problemas ou assuntos que

chamam a atenção da sociedade e do governo, podendo, por força da pressão social, assumir visibilidade e transformar-se em questão social merecedora de atenção por parte do poder público” (SILVA, 2008, p. 92-93). São sujeitos importantes neste primeiro movimento os partidos políticos, a mídia, os movimentos sociais e os grupos de pressão (SILVA, 2008).

Na formulação é apontada a figura dos burocratas como sujeitos centrais nesse processo. Esse processo pode ser pensado como um “[...] movimento de pré-decisão, abrangendo e constituindo-se de diagnósticos sobre a situação problema” (SILVA, 2008, p. 95). Para tomar qualquer decisão em relação a construção de uma política pública é fundamental conhecer o problema, a necessidade e a finalidade da decisão, os critérios, subcritérios, sujeitos afetados (REIS; LÖBLER; CAMPOS, 2010).

Na implementação são mobilizados diferentes instituições, sujeitos, intencionalidades e racionalidades, recursos e poder (SILVA, 2008). Esse momento configura-se como processo importante para a compreensão e, mais ainda, para a efetivação das políticas públicas. Já a avaliação se desdobra em vários níveis e tipologias². A avaliação é fundamental para mensurar o impacto, atuação e abrangência social de uma dada política pública. É importante ressaltar que o movimento do processo das políticas públicas não segue necessariamente certa linearidade. É um movimento dinâmico e dialético, contraditório, permeado por múltiplos interesses, envolvendo distintos sujeitos e afetando em diferentes níveis o social. As políticas públicas emergem do diálogo entre forças sociais, políticas e econômicas que são múltiplas e díspares (BONETI, 2017). Efetivamente, “[...] el proceso geracion de las políticas publicas ocurre frente a un contexto de disputa arrojada por la apropiacion de los recursos públicos o de regulacion que atienda a una demanda social o un interes comum” (BONETI, 2017, p. 29).

Assim, embora sejam demarcados o interesse comum e a demanda social nas pesquisas sobre as políticas públicas, vale pontuar que conflitos e dissensos são recorrentemente presentes e devem ser considerados neste campo, se configurando

² Sobre os aspectos teóricos-metodológicos da avaliação ver SILVA (2008).

como desafios desde a formulação à avaliação das políticas. Além disso, do ponto de vista acadêmico, as políticas públicas devem ser pensadas também como campo de conhecimento “[...] que busca, ao mesmo tempo, colocar o ‘governo em ação’ e/ou analisar essa ação [...] e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações [...]” (SOUSA, 2008, p. 69). Neste sentido, o processo das políticas públicas pode também ser tomado como um movimento e/ou momento em que “[...] governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que, produzirão resultados ou mudanças no mundo real” (SOUSA, 2008, p. 69).

Uma das dimensões das políticas públicas são as políticas culturais. Por cultura compreende-se “uma arena de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa – por exemplo, o nacionalismo, a consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominante – assume a forma de um ‘sistema’” (THOMPSON, 1998, p. 17).

Edward Thompson (1998) afirma que na “[...] verdade o próprio termo ‘cultura’, com uma invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto” (THOMPSON, 1998, p. 17). A cultura também foi por muito tempo usada para denotar “[...] um sistema de atitudes, valores e significados compartilhados, e as formas simbólicas (desenhos e artefatos) em que se acham incorporados” (THOMPSON, 1998, p. 17). Deste modo, neste trabalho a cultura é pensada a partir da perspectiva do conflito, das contradições, das reivindicações, como espaço para se pensar a desigualdade social.

[...] A ‘cultura’ é um termo emaranhado, que, ao reunir tantas atividades e atributos em um só feixe, pode na verdade confundir ou ocultar distinções que precisam ser feitas. Será necessário desfazer o feixe e examinar com mais cuidado os seus componentes: ritos, modos simbólicos, os atributos culturais da hegemonia, a transmissão do costume de geração em geração e o desenvolvimento do costume sob formas historicamente específicas das relações sociais e de trabalho. (THOMPSON, 1998, p. 22)

Thompson chama a atenção para a problematização da cultura desde outra chave analítica, diferente daquela do campo da história cultural que a pensa a partir, especificamente, do âmbito das representações simbólicas. Para além do mundo das representações, é preciso considerar que a cultura, na África do Sul, por exemplo, parte da materialidade do social e é, geralmente, acionada como mecanismo de reivindicações por justiça e igualdade. A cultura tem sido um mecanismo usado, sobretudo pela classe “subalterna” em distintas partes do Sul global para demandar e acessar políticas públicas de diferentes naturezas.³

As muitas dimensões pelas quais o conceito de cultura penetrou o debate e a problemática do desenvolvimento durante a segunda metade do século XX se imbricaram inteiramente nos últimos anos. Essa interpenetração ensejou novos usos da categoria cultura e uma série de envolvimento políticos por parte de vastos segmentos da sociedade civil global e, por conseguinte, de alguns organismos transnacionais, como a Unesco (ALVES, 2010, p. 540).

As políticas públicas voltadas para o campo da cultura se subdividem em, pelo menos, dois grandes grupos: as da cultura material e as da cultura imaterial. Aqui o foco consistirá nas políticas públicas voltadas para o campo da cultura imaterial, especificamente para o processo de patrimonialização. A cultura, no universo dos zulus, tem evocado também a ideia de busca por desenvolvimento e igualdade social, o que tem levado a novas apropriações e interpretações dos processos culturais em KwaZulu-Natal, África do Sul.

O movimento da patrimonialização da Zulu Dance em KwaZulu-Natal, África do Sul

Os zulus são conhecidos como um povo guerreiro que resistiu às invasões imperialistas bôer (desde o século XVIII) e britânica (no XIX) ao sul da África. Eles compõem a maior etnia em meio aos vários grupos étnicos existentes na África do Sul.

³ A título de exemplo, pode-se citar as manifestações culturais ocorridas no Brasil e na África do Sul durante a Ditadura Militar (1964-1985) e o Apartheid (1948-1994) respectivamente. Nesses períodos foi possível observar o uso da cultura em vários protestos nos dois países. No campo da música, da arte, do teatro, das apresentações de bumba-meu-boi ou mesmo da zulu dance podemos visualizar como a cultura foi acionada para reivindicar direitos sociais.

Atualmente, os zulus habitam a parte do continente africano que abrange territórios correspondentes à África do Sul, Lesoto, Suazilândia, Zimbábue e Moçambique (MELO, 2015). Ao habitarem tanto o território da África do Sul quanto o de outros países parecem compor uma espécie de Nação Zulu. Assim, uma nação está para além das fronteiras geográficas e/ou físicas demarcadas pelos homens e pela natureza.

Nação é aqui pensada como uma *comunidade imaginada*. *Imaginada* porque é construída pelos sujeitos históricos. *Imaginada* “porque nem mesmo os membros das menores nações jamais conhecerão a maioria dos seus compatriotas. É imaginada como limitada, porque até mesmo a maior delas [...] possui fronteiras finitas, ainda que elásticas, para além das quais encontram-se outras nações. É imaginada como soberana, porque [...] as nações sonham em ser livres [...]” (ANDERSON, 1991, p.14). Efetivamente, não se pode desconsiderar o importante lugar ocupado pela memória nesse debate. Michael Pollak (1989) sinaliza que a memória possui como função reforçar o sentimento de pertencimento a grupos, manter a coerção interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum. Halbwachs aponta que essa coerção social é dada, sobretudo, pela adesão afetiva ao grupo, também chamado de “comunidade afetiva”. *A priori*, é fundamental entender que a memória é um instrumento de vínculo social e de identidade individual e coletiva (LE GOFF, 1990). E, a memória nacional, construída a partir da memória coletiva, é responsável pelo fortalecimento do sentimento de identidade nacional de um grupo (HALBWACHS, 1990) e pela fabricação de uma identidade nacional (OLIVA, 2011).

O debate acerca das (re)afirmações de identidade tem ocorrido em várias partes do mundo: Américas, África e Europa.

Motivados por [...] contextos complexos, há alguns anos, vários teóricos têm se dedicado ao estudo dessas realidades. Dentre esses, um grupo tem chamado a atenção pelo seu formato híbrido: são teóricos/cientistas, mas são também integrantes de experiências diaspóricas ou pós-coloniais, que procuram explicar, entender e vivenciar. (OLIVA, 2011, p. 31).

A identidade é construída e produzida sempre em referência aos outros (POLLAK, 1992). A identidade é marcada pela diferença. Ela ocorre tanto por meio de sistemas simbólicos de representações quanto por meio de formas de exclusão social (WOODWARD, 2005). Ela se molda e emerge nas narrativas de (re)afirmações constantes de diferença frente ao outro. Essas constantes (re)afirmações implicam num processo de disputas simbólicas e políticas dentro de uma cultura. Stuart Hall (2005, p. 9) já pontuava que “[...] as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno [...]”. Para Stuart Hall (2005) esse sujeito fragmentado e essas novas identidades têm emergido com força no mundo contemporâneo. Ele defende que há uma multiplicidade de identidades e sinaliza para uma fragmentação do indivíduo, indicando que aquele “[...] sujeito do iluminismo, visto como tendo uma identidade fixa e estável, foi descentrado, resultando nas identidades abertas, contraditórias, inacabadas, fragmentadas, do sujeito pós-moderno” (HALL, 2005, p. 46). Nessa perspectiva,

uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpretado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida. Ela tornou-se politizada. Esse processo é, às vezes, descrito como constituindo uma mudança de uma política de identidade [...] para uma política de diferença. (HALL, 2005, p. 16).

Nesse ponto, cabe ressaltar que a “[...] cultura popular é um dos principais símbolos de afirmação de identidade regional frente à nação [...] (ALBERNAZ, *[s.l.]*, p. 1). E cabe lembrar que

a noção de cultura popular é relativamente recente, tendo surgido na Europa com o movimento romântico de início do século XIX, justamente quando aumentou a separação entre cultura de elite e cultura popular. A cultura popular [...] [pode ser entendida] como produção simbólica da classe subalterna, como elemento de reflexão sobre a realidade e a identidade social (FERRETI, 1998, p. 2).

Do outro lado do Atlântico, em KwaZulu-Natal (África do Sul), a cultura popular também é apreendida como mecanismo de reflexão e (re)afirmação de identidades, mas também como mecanismo capaz de mobilizar aspectos econômicos e

gerar desenvolvimento. E a *Zulu Dance* pode ser considerada símbolo desses marcadores de identificação frente à ideia de nação, além de fator de desenvolvimento econômico, sobretudo quando passa ser apreendida como patrimônio nacional sul-africano.

Efetivamente, as últimas décadas têm sinalizado uma ampliação nos debates sobre patrimônio. Para Oliveira (2010) essa ampliação tem se dado “na medida em que se concebe que objetos, espaços, conhecimentos e manifestações tornam-se ‘patrimônio imaterial’ porque tem valor referencial para a comunidade” (OLIVEIRA, 2010, p. 131). Fonseca (2003) argumenta ser preciso uma ampliação na noção de patrimônio cultural, é preciso pensar na produção de patrimônios culturais não apenas como a seleção de edificações, sítios e obras de arte que passam a ter proteção especial do Estado. É preciso ampliar a noção de patrimônio, e pensar patrimônio para além de pedra e cal (FONSECA, 2003).

Durante a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, ocorrida em 2003, em Paris, na 32ª Conferência Geral da UNESCO, definiu-se que “o Patrimônio Cultural Imaterial ou Intangível compreende as expressões de vida e tradições que comunidades, grupos e indivíduos em todas as partes do mundo recebem de seus ancestrais e passam seus conhecimentos a seus descendentes (UNESCO, 2006). Nesta conferência foi destacada ainda “[...] a importância do patrimônio cultural imaterial como fonte de diversidade cultural e garantia de desenvolvimento sustentável” conforme a “[...] recomendação da UNESCO sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular, de 1989, bem como na Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural, de 2001, e na Declaração de Istambul, de 2002, aprovada pela Terceira Mesa Redonda de Ministros da Cultura” (UNESCO, 2006, p. 3). Essas mudanças influenciam nas políticas culturais.

Patrimônio cultural corresponde a todos os bens – materiais ou imateriais – que são reconhecidos como parte da identidade cultural de um povo ou nação e, por isso, devem ser preservados ao longo do tempo e repassados às futuras gerações. Dessa perspectiva, “os objetos, os espaços agregados a conhecimentos, as manifestações com

valor referencial para a comunidade são alguns dos elementos que podem ser reconhecidos como patrimônio imaterial” (OLIVEIRA, 2010, p. 146). E, na cultura zulu, são exemplos de patrimônio imaterial os nomes próprios, as canções, os mitos, as danças e os diversos rituais.

Historicamente, as expressões de Zulu Dance puderam ser observadas em diferentes localidades da África Austral. Com o processo de independência da região, de instituição e superação do Apartheid (1948-1994) enquanto regime político-institucional, será sobretudo na África do Sul e, mais particularmente em KwaZulu-Natal, que esse repertório cultural passaria a ser produzido mais comumente e construiria uma relação profunda. A partir de 1994, com a democracia se instaurando na África do Sul, ocorre um movimento de popularização e ampliação da Zulu Dance e sua reivindicação como patrimônio da cultura imaterial daquela nação. As diferentes modalidades de danças zulus (Ingoma, Indlamu, Imvunulo, Isicathamiya, Virginty Festival e Reed Dance) têm sido vistas como bens culturais de grande relevância para a história, a memória e a identidade da Rainbow Nation (BARROS, 2012a). Com a instauração da democracia naquele país, abriu-se um processo de reinvenção institucional e simbólica da nação (BARROS, 2012b).

Para o Estado da África do Sul, as expressões de danças zulus seriam “examples of symbols of national heritage” (DEPARTMENT..., 2005, p. 225). A visibilidade das danças zulus como símbolos da identidade sul-africana e do povo zulu foi ressaltada em vários momentos e espaços na África do Sul e refletia, de certo modo, o projeto de nação defendido, desde 1994, pelo African National Congress (ANC) – partido do qual fazia parte o ex-presidente Nelson Mandela. Eventos como “[...] a copa mundial de rugby em 1995 [...], a Copa Africana das Nações em 1996, a Copa do Mundo Feminina de Futebol, na cerimônia de premiação de músicos sul-africanos em 1997 [...]” (BARROS; RODRIGUES, 2018, p. 147) podem ser percebidos como espaços de reflexão de tal projeto de nação. Além destes, durante a Copa do Mundo FIFA, sediada na África do Sul, em 2010, uma variedade de Zulu Dance foram apresentadas como atração principal da cultura dos sul-africanos aos vários turistas que

presentes naquele país (MELO, 2017). Nesse aspecto, é possível sugerir que a zulu culture seja tomada como forte elemento que mobiliza e representa um capital social mas também econômico na África do Sul.

Para Barros e Rodrigues (2018, p. 143),

No período democrático sul africano – após 1994, houve uma série de ações do Estado visando elaborar projetos e propostas para uma nova abordagem no campo da cultura, que passaria agora a contemplar suas diversas formas, inserindo-as em uma política nacional de cultura (NAWA, 2012), tornando-a um símbolo da nova nação sul-africana (SOUTH AFRICA, 1994; 1996a). Os documentos legais passaram a atribuir um novo significado para o campo cultural, inserindo-o nesse momento na agenda governamental.

No rol desses documentos de cultura, ou de sistematização de políticas culturais, é possível citar o *White Paper on Arts, Culture and Heritage*, aprovado em 1996 na gestão do governo do ANC. Este documento, tomado como espelho da Política Nacional de Cultura Sul-Africana, orienta que a diversidade cultural seja posta como forte característica da África do Sul, devendo ser atrelado à ideia de desenvolvimento socioeconômico do país (BARROS; RODRIGUES, 2018). E pode ser a Zulu Dance apontada como expressão que congrega e reflete essas novas formas de perceber a cultura em terras sul-africanas, sendo ainda pensada como eixo de conexão entre o local e o global nas tramas da globalização de artefatos imateriais.

Cabe lembrar que um dos desafios para formular políticas culturais está relacionado à globalização.

Os processos de globalização e de transformação social, ao mesmo tempo em que criam condições propícias para um diálogo renovado entre as comunidades, geram também, da mesma forma que o fenômeno da intolerância, graves riscos de deterioração, desaparecimento e destruição do patrimônio cultural imaterial, devido em particular à falta de meios para sua salvaguarda (UNESCO, 2006, p. 3).

Lívio Sansone (2012, p 7) afirma que “a progressiva globalização dos processos de preservação e patrimonialização, assim como das categorias e critérios que os norteiam” são evidentes no mundo globalizado. E, diversos estudos têm apontado

para “a intensificação do processo de mercantilização dos diferentes elementos da cultura zulu, sobretudo via indústria do turismo na África do Sul” (MELO, 2015, p. 12).

Nesse sentido, Sansone (2012) diz que

a política de valorização do patrimônio na própria África e o renovado interesse por aspectos da cultura popular de origem africana no Novo Mundo têm criado uma nova economia e um mercado, com distintas contradições, mas também com outras possibilidades. O campo de estudo – e de luta – torna-se assim mais amplo. Não deve ser por acaso que na nova geração de estudos africanos realizados no Brasil haja uma ênfase sempre renovada, e com perspectivas inovadoras, na construção de categorias de raça e etnia e, mais recentemente, de patrimônio, de memória e diversidade cultural (SANSONE, 2012, p. 9).

E, segundo Wilson Trajano Filho (2012), atualmente as pesquisas sobre

os processos de patrimonialização em África sugerem que as políticas estatais de monumentalização, que criam lugares de memória atuantes e ativos nos processos de construção nacional, têm sido reforçadas por agências internacionais como a UNESCO, que promovem tecnologias do patrimônio para a produção e a reificação de passados e futuros domesticados, sempre circunscritos à dimensão oficial da vida coletiva (TRAJANO FILHO, 2012, p. 16).

Esses processos de patrimonialização de bens culturais são antecidos por um movimento de “[...] pré-patrimonialização despoletado frequentemente por atores não estatais: pelos atores sociais locais e pela intelectualidade nacional” (TRAJANO FILHO, 2012, p. 38). Esses atores sociais e a intelectualidade nacional podem ser pensados enquanto sujeitos das políticas públicas culturais, constituindo grupos de pressão importantes para a reivindicação das políticas de salvaguarda da cultura imaterial. Afinal, é importante lembrar que o reconhecimento como patrimônio também é atribuído, sobretudo, pelos sujeitos que vivenciam, de algum modo, determinada prática cultural.

Eduardo Oliveira (2010) chama a atenção para a importância da memória no estudo de patrimônio imaterial, ressaltando a urgência de uma educação patrimonial voltada para a ressignificação dos espaços e/ou “lugares de memórias” nas palavras de Pierre Nora (1981), que aponta a existência de “lugares de memória” como espaços de

resistência, de definição e caracterização do grupo. Para o teórico, “a memória pendura-se em lugares, como a história em acontecimentos” (NORA, 1981, p. 25). E na África do Sul, diversos são os espaços consagrados, no pós-Apartheid, à preservação da *zulu culture*, como as galerias do Museu Msunduzi, localizado na cidade de Pietermatzburg, que trazem vários elementos da Zulu Dance. Neste museu ainda são destinados espaços para apresentações das danças zulus.

Para Oliveira (2010), toda discussão sobre memória coloca em xeque os novos debates posto pelo patrimônio histórico e imaterial, a saber: a identidade, a diversidade cultural e as relações de significado. Nesse sentido, a memória coletiva atua como elemento constituinte de uma identidade social (PACHECO, 2010, p. 145). “É por isso que os Estados Nacionais, os grupos étnicos e diferentes instituições passaram a desenvolver políticas de registro e difusão de sua memória coletiva” (PACHECO, 2010, p. 145) como vem ocorrendo atualmente na África do Sul. Aqui é possível e relevante observar como determinados sujeitos (burocratas ou não) atuaram em instituições, como museus, arquivos, organizações governamentais e não governamentais, e em diferentes espaços, dando sentido e forma a processos que resultam na exclusão e obliteração ou na afirmação e difusão de certas memórias e histórias que deveriam caracterizar a África do Sul na cena pública.

De um lado, é preciso considerar que pelo menos desde os anos 1980, há uma considerável memória social produzida na África do Sul, sendo que, sobretudo, a partir de 1994, mas também antes, se dá o processo de reconhecimento de expressões culturais zulus como patrimônios culturais daquele país. Certamente, isso tem relação direta com as mudanças nas políticas de arquivos que ocorrem entre os anos 1920 e os anos 1990. Em 1996, o *National Archives of South Africa Act* estabeleceu um quadro legal para a instituição de um novo sistema de arquivo nacional (HARRIS, 2002). Ora, os próprios arquivos, que guardam alguns documentos e não outros, acabam possibilitando a formação de uma dada memória constituindo-se, a um só tempo, como repositórios de informações e produtores de identidades sociais (CUNHA, 2002).

Essas novas práticas de registros vêm ocorrendo atualmente na África do Sul, sobretudo pós-Apartheid, momento em que vários centros de memória são criados e outros renomeados para preservar a cultura dos diferentes grupos étnicos sul-africanos. O Museu Msunduzi, durante o Apartheid conhecido como *Voortrekker Museum*, é um exemplo dessas políticas. Tal museu foi fundado em 1912 na cidade de Pietermaritzburg (KwaZulu-Natal) como um espaço de preservação das memórias dos Voortrekker. Com o fim do Apartheid, as crescentes exposições de elementos da cultura zulu e as políticas de memórias voltadas aos que eram antes silenciados, o *Voortrekker Museum* foi renomeado, passando a chamar-se *Msunduzi Museum*, no idioma isizulu, e sendo apreendido localmente como espaço de referência sobre a Zulu Culture.

Para Pacheco (2010), “a crescente luta de diferentes grupos sociais pelo reconhecimento de sua identidade tem exigido a inclusão de novos discursos identitários” (PACHECO, 2010, p. 145). Em diálogo com Pedro Funari, Ricardo Pacheco diz que

as políticas culturais da memória partem da definição dos objetos culturais significativos para aquela comunidade de sentidos. Uma vez selecionados, esses objetos [ou expressões culturais como a zulu dance] se tornam metáforas que dizem aos membros da comunidade quem somos ‘nós’ em relação ao ‘outro’ (PACHECO, 2010, p. 145).

Com o processo de patrimonialização, a *Zulu Dance* tem passado por uma série de transformações que envolvem as danças e os sujeitos participantes dela, a saber: padronização, profissionalização e burocratização. A padronização está muito ligada a padrões de roupas e acessórios usados durante as exhibições das danças zulus, sobretudo em centros turísticos na África do Sul. Mas também, pode-se sugerir que, a padronização tem atingido até mesmo os corpos dos sujeitos, sobretudo, quando das apresentações destinadas a turistas. A profissionalização envolve os grupos de *Zulu Dance* em centros culturais. E a burocratização está muito relacionada às negociações dos grupos de danças zulu com o governo local para adquirir as licenças para apresentações em certos espaços públicos, bem como o status de patrimônio.

Nesse processo de patrimonialização, ativistas feministas sul-africanas afirmam que as mulheres têm ocupado espaços inferiores aos dos homens. Essas ativistas defendem que se, de um lado, a patrimonialização trouxe benefícios à África do Sul, movimentando a sua economia por meio da mercantilização, por outro, a política de patrimonialização tem destinado papéis sociais de menor destaque às mulheres em contraposição aos que são destinados aos homens, como aponta Smangele Xulu (2005) ao afirmar que as mulheres são excluídas da gestão no processo de mercantilização da cultura Zulu (XULU, 2005).

Desse modo, a partir dos estudos sobre o processo de patrimonialização da *Zulu Dance* é possível refletir sobre a relação entre políticas públicas culturais, memória social, identidade étnica e nação no pós 1994, quando do advento da democracia na África do Sul.

Considerações finais

É muito comum se situar o Norte como local por excelência de produção de conhecimento no campo científico. De alguma maneira, nesta perspectiva, entende-se que o Norte oferece teoria e epistemologia e o Sul empiria e exemplificação. Ora, certamente constitui fonte de teoria e explicação dos eventos sociais e históricos não apenas o Norte Global, como também o Sul Global, cuja importância reside em sua “ex-centricity: in the angle of vision it provides us from which to estrange our world in order better to make sense of its present and future” (COMAROFF; COMAROFF, 2012, p. 126-127). O Sul também produz conhecimento científico, inclusive no campo das Políticas Públicas de Cultura. E, nesse jogo epistemológico, que também é político, é preciso colocar as epistemologias do Norte e do Sul para dialogar e não as pensar em termos hierárquicos, mas heterárquicos. Barros (2018) nos lembra da importância de buscar-se um “prisma localizacional: uma visão que lê o saber-poder não hierárquica, mas heterarquicamente”, construindo uma alter-globalização e partindo do pressuposto de que outro mundo é possível.

Deste modo, este trabalho consistiu em trazer algumas reflexões iniciais sobre o processo de patrimonialização da Zulu Dance, problematizando o lugar social destinado a cultura zulu na África do Sul nos primeiros anos da nação arco-íris. Nesse bojo, vários são os desafios enfrentados no movimento do processo das políticas públicas voltadas para o campo da salvaguarda da cultura imaterial naquele país. É importante lembrar que as políticas culturais correspondem a um campo permeado por oscilações, contradições, movimentos que afeta diretamente a patrimonialização da Zulu Dance.

O processo de patrimonialização das danças zulus expõem aspectos da estrutura e da dinâmica das relações sociais do povo zulu, mas também da própria África do Sul, dando a ler os espaços, papéis e tratamentos destinados aos diferentes sujeitos, evidenciando hierarquias sociais e de gênero existentes em tal sociedade. Durante as danças às mulheres zulus são destinados papéis menores dentro e fora da dança, seja como dançarinas, artesãs, cozinheiras e garçonetes nas atrações turísticas na província de Kwazulu-Natal. Para Xulu (2005), isso faz com que elas tenham dificuldade em ter maior espaço na tomada de decisão e no processo de comoditização e autenticação do produto de sua própria cultura. Em geral, os homens, por serem representantes de seus ancestrais, são tidos como grandes guerreiros e corajosos. As mulheres, como obedientes, dóceis e destinadas ao casamento e à procriação.

A *Zulu Dance* muito revela sobre a identidade e história do povo zulu, mas também sobre como tem se dado os debates no campo das Políticas Culturais na África do Sul e como estas têm atuado nesse contexto do reconhecimento de tal expressão cultural como patrimônio de uma nação que se democratiza e reinventa após décadas de regime de segregação. Demarca ainda esse espaço da construção da memória social nacional como campo de conflitos e tensões. E, é importante ressaltar ainda que as políticas culturais em KwaZulu-Natal têm inscrito a *zulu culture* como forte fator de desenvolvimento que perpassa a esfera local e nacional, social e econômica.

Referências

ALBERNAZ, Lady Selma Ferreira. **As dimensões do gênero no bumba meu boi maranhense: reafirmação da “mulata brasileira”?** Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/L/Lady_Selma_Ferreira_Albernaz_56.pdf> Acesso em: 12 set. 2013.

ALVES, Elder Patrick Maia. Diversidade Cultural, Patrimônio Cultural Material e Cultura Popular: A Unesco e a Construção de um Universalismo Global. **Revista Sociedade e Estado**, v. 25, nº 3, 2010, p. 539-560.

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1983.

BARROS, Antonio Evaldo Almeida. Ao ritmo dos Bumbas: obliterações e desigualdades na construção de um patrimônio festivo brasileiro (c. 1900-1950). In.: SONSONE, Lívio (org.). **A política do intangível: museus e patrimônios em nova perspectiva**. Salvador: EDUFBA, 2012a, p. 13-46.

_____. **As faces de John Dube: memória, história e nação na África do Sul**. 2012, 205 f. Tese (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos). Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia. 2012b.

_____. **Cultura, Patrimonialização e Desigualdade no Brasil e na África do Sul**. São Luís: **Revista de Políticas Públicas**, 2018, p. 41-62.

BARROS, Antonio Evaldo A.; RODRIGUES, Inaldo B. A construção de uma política cultural na África do Sul pós-Apartheid. In.: BARROS, Antonio Evaldo A. [et.al]. **Nas fronteiras do saber: estudos interdisciplinares a partir do Médio Mearim Maranhense**. São Leopoldo: OIKOS / São Luís: EDUFMA, 2018, p. 143-164.

BONETI, Lindomar Wessler. De la Elaboración a la Operacionalización de las Políticas Publicas. In: **Políticas Públicas por Dentro**. San Pablo: Mercado de Letras, 2017, p. 29-34.

COMAROFF, J.; COMAROFF, J. L. Theory from the South: Or, how Euro-America is evolving toward Africa. **Anthropological Forum**, V. 22, N. 2, July 2012.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. **Intenção e Gesto: pessoa, cor e a produção da (in)diferença no Rio de Janeiro, 1927-1942**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002.

DEPARTMENT. Zulu king tells... **Daily Mail Reporter**, 15 out. 2005.

FERRETTI, Sérgio. Folclore e Cultura Popular. **Boletim da Comissão Maranhense de Folclore**. São Luís: CMF, n. 11, ago. 1998. Disponível em <http://www.cmfolclore.ufma.br/htmls/Boletim%2011.htm>.

FONSECA, Maria Cecília L. Para Além da Pedra e do Cal: por uma concepção ampla de Patrimônio Cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. RJ: DP&A, 2003, p. 57-80.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 1990.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HARRIS, Verne. The Archival Sliver: Power, Memory, and Archives in South Africa. South Africa: **Kluwer Academic Publishers**, 2002, p. 63-86.

LE GOFF, Jacques. Memória. In.: **História e Memória**. Campinas, SP: Unicamp, 1990.

MELO, Aldina da Silva. Papéis e lugares sociais de gênero na “Zulu Dance”. In.: **Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História: lugares dos historiadores – velhos e novos desafios**. Florianópolis, p. 1-16, 2015.

_____. A África na sala de aula na África: a reinvenção dos Zulus. 2017. 206f. Dissertação (Mestrado em História, Ensino e Narrativas) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2017.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. São Paulo: PUC, 1981.

OLIVA, Anderson Ribeiro. Entre máscaras e espelhos: reflexões sobre a Identidade e o ensino de História da África nas escolas brasileiras. In.: **Ensino da História da África e da Cultura Afro-brasileira**. Revista História Hoje: ANPUH, p. 29-44, 2011.

OLIVEIRA, Eduardo Romero de. Memória, história e patrimônio: perspectivas contemporâneas da pesquisa histórica. In.: **Fronteiras**, Dourados, MS, v. 12, n. 22, p. 131-151, 2010.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. Educação, Memória e Patrimônio: ações educativas em museu e ensino de história. **Revista brasileira de História**. São Paulo, v. 30, n. 60, p. 143-154, 2010.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Rio de Janeiro, **Estudos Históricos**. vol. 2, p. 3-15, 1989.

_____. Memória e identidade social. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, p. 200-212, 1992.

REIS, Eliete dos; LÖBLER, Mari Leodir; CAMPOS, Simone Alves Pacheco de. Processos decisórios nos principais periódicos e eventos na área da administração no Brasil: a procura de uma sustentação metodológica. In.: **Anais do XII Seminário de Administração**. [s.l]: 2010.

RUA, Maria das Graças. **Análise de políticas públicas: conceitos básicos**. Disponível em <<http://www.foxitsoftware.com>> Acesso em: 21 de abril de 2018.

SANSONE, Lívio. Apresentação. In.: _____ (org.). **Memórias da África: patrimônios, museus e políticas das identidades**. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 7-10.

SILVA, Maria Ozanira Silva e. A avaliação de políticas e programas sociais: uma reflexão sobre o conteúdo teórico e metodológico da pesquisa avaliativa. In.: **Pesquisa Avaliativa: aspectos teórico-metodológico**. São Paulo: Veras editora, 2008, p. 89-178.

SOUSA, Celina. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas. In: HOCHAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (orgs.). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008, p. 65-86.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular e tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TRAJANO F., Wilson. Patrimonialização dos artefatos culturais e a redução dos sentidos. In.: SANSONE, Lívio (org.). **Memórias da África: patrimônios, museus e políticas das identidades**. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 11-40.

UNESCO. **Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage**. Paris: Unesco, 2006, p. 1-17.

XULU, Smangele. **Gender, Tradition and Change:** the role of rural women in the commoditization of zulu culture at selected tourist attractions in Zululand. 2005, 146f. Tese (Doutorado em Filosofia) – In the department of IsiZulu Namagugu, University of Zululand, Zululand, 2005.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual.** In. Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Org. Tomaz Tadeu da Silva. – Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2005.